

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 18/06/2004

ANO II - Nº. 052

ECONOMIA

1. O Banco Central manteve a SELIC em 16%. A decisão foi unânime, e isso significa dizer que os diretores que há quinze dias entendiam que a SELIC poderia ser reduzida estão vendo um novo quadro da economia. E essa visão passa pela recuperação da economia – vários indicadores privados estão indo nessa direção – o que requer uma administração conservadora e prudente em matéria monetária. O ganho da sociedade é a estabilidade de preços. Aceita esta verdade, há que se cuidar para não colocá-la sob risco. Ainda sobre juros: como houve um aumento da expectativa de inflação medida pelo IPCA para os próximos doze meses (de 5,65% para 5,98%), a manutenção da SELIC em 16% resultou em queda no juro real (de 9,8% para 9,45%). Ressalte-se, por fim, que pela primeira vez nem a imprensa nem os políticos trataram do tema com o sensacionalismo e a paranóia do início do ano.

2. O governo resistiu enquanto pode. Mas não teve outra saída senão autorizar a PETROBRAS a reajustar o preço da gasolina e do óleo diesel. Há três décadas, um barril de petróleo acima de US\$ 40 dólares colocaria em risco as finanças do país. Hoje, às portas da auto-suficiência, a PETROBRAS só reajustou os preços quando o governo sentiu que os efeitos na economia seriam suportáveis, sem prejudicar as metas de inflação. O que não é bom, nesta história, é a intromissão política do governo, pois, ela inibe investimentos em exploração de petróleo. Afinal, quem estaria disposto a concorrer com a PETROBRAS se ela é capaz de segurar seus preços até quando o governo quiser? O paradoxal é que o “fim” legal do monopólio está sendo contradito pelo monopólio na prática.

3. A semana se encerra com um impasse na votação da MP 183 que, desde o dia 14 tranca a pauta de votação da CD. A MP estabeleceu o fim do crédito-presumido de 80% da COFINS e do PIS que a indústria tinha direito ao comprar dos produtores rurais. Teria sido resultante de uma negociação da SRF com a CNC. Em troca, o governo estabeleceu em zero por cento as alíquotas de COFINS e PIS de fertilizantes e insumos agrícolas. A nova regra implica em que a agroindústria, sem crédito da COFINS e PIS na compra de sua matéria-prima, pagaria 9,25% destas contribuições sobre seu preço final. A indústria alimentícia estima de pagaria cerca de R\$ 4 bilhões a mais, em doze meses, do que pagou em 2003. Não sei se a conta está certa, mas é correto afirmar que a agroindústria pagará mais COFINS e PIS se a MP não for alterada. Do ponto de vista tributário, a SRF viu uma oportunidade de aumentar a sua arrecadação, e os produtores se sentiram felizes em comprar fertilizantes e outros insumos sem PIS e COFINS. Mas se esqueceram de avisar a agroindústria, logo ela, que está na ponta de lança da economia brasileira. É evidente que, se nada for feito, a agroindústria se verá na condição de jogar os preços dos produtores para baixo. Eles, os produtores, ganhariam de um lado e perderiam de outro. Este episódio é mais um subproduto perverso da voracidade da SRF. A seu favor, apenas, o reconhecimento de que se trata de um tributo novo, calculado em sistemática à qual não estão acostumados. Mas não custa nada o governo ter sempre em mente que o ideal é uma política tributária que seja neutra em relação à economia como um todo, e ainda mais neutra quando se tratar apenas de uma cadeia produtiva.

4. O presidente do BID, Enrique Iglesias, esteve em Brasília – inclusive na Câmara dos Deputados – e fez rasgados elogios ao Brasil. “A economia está em crescimento, os investimentos estão aumentando”. Disse também que o eventual aumento dos juros nos EUA não deverá resultar em impactos significativos na América Latina e no Brasil e que o PIB que pôr dinheiro na PPE. Parece que só os brasileiros não crêem no Brasil.

MILIONÁRIOS BRASILEIROS

A corretora Merrill Lynch e a consultoria Capgemini informam: há 80 mil brasileiros que investem mais de US\$\$ 1 milhão. O balanço é de 2003 e representa um crescimento de 6% no número de milionários. No mesmo período, o PIB brasileiro encolheu 0,2%. A riqueza financeira destes ilustres 80 brasileiros seria de US\$ 1,75 trilhão. Só para comparar, o PIB brasileiro em 2003 foi igual a 1,5 trilhão (mas de REAIS!). Outra comparação: o número de milionários na Índia cresceu 22% e o PIB 7,4%. Na China, os números são outros: mais 12% de milionários e 9,1% de crescimento do PIB. O Brasil, como se vê, continua campeão de concentração de renda e riqueza. Sob o número de milionários mesmo com PIB em queda. Será que todo esse dinheiro aplicado saiu pelas vias normais? Se algum dia a elite brasileira sentir vergonha de sua condição (e de seus privilégios) pode ser alguma coisa comece a melhorar.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Liberty Mall, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / rn@brturbo.com / carnltda@terra.com.br